

*Declaração de Voto
no final do debate da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº7/X – “Estabelece o III
Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada”
Horta, 20 de junho de 2013*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O PSD veio bem-intencionado e bem fundamentado para o debate da proposta do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada dos Açores.

Visitámos todas as rádios e todos os jornais de todas as ilhas. Renuímos com todos os seus responsáveis. Conhecemos as suas preocupações e compreendemos as suas expetativas.

Fomos, porque somos, um Partido responsável e proponente.

Não nos limitámos a criticar o que está mal, com base nas próprias opiniões dos jornais e das rádios.

Contribuímos para melhorar o que não está bem, a partir das próprias sugestões dos jornais e das rádios.

Mas o PS acha que basta ter uma maioria para ter razão sozinho.

E – num governo onde todos parecem ser responsáveis pela pasta da comunicação social menos o próprio – acha que sabe mais das dificuldades dos jornais e das rádios, no conforto dos seus gabinetes, do que aqueles que lutam todos os dias, no limiar da sobrevivência económica, para prestar um serviço público com esforço privado.

Afirmámos na abertura do debate e, infelizmente, reafirmamos no seu encerramento:

Era preciso introduzir o principal apoio à produção dos jornais que consiste na comparticipação dos custos determinantes de consumo de papel e chapas de impressão. Mas o PS chumbou.

Era preciso eliminar um novo requisito irrealista que obriga as entidades beneficiárias a assumirem

contratualmente o compromisso de não alterarem os seus colaboradores até 31 de dezembro de 2016. Mas o PS chumbou.

Era preciso facultar às empresas editoras dos jornais a possibilidade de optarem pelo pagamento governamental da expedição postal ser feito diretamente ao prestador do serviço. Mas o PS chumbou.

Era preciso alargar os apoios da formação profissional a outras categorias que não apenas jornalistas e às empresas em geral que não apenas os seus agentes individualmente. Mas o PS votou contra.

Era preciso tornar vinculativo o parecer da comissão de análise das candidaturas ao PROMEDIA. Mas o PS votou contra.

Do alto da sua maioria, o PS votou contra importantes soluções que permitiam minimizar as graves dificuldades enfrentadas hoje pela comunicação social dos Açores. E

votou a favor de uma proposta do governo que ameaça mesmo a própria sobrevivência de algumas empresas.

Por exemplo, nesta crise económica sem precedentes que arrasa as receitas próprias de publicidade e assinaturas, os jornais não serão apoiados no seu principal fator de produção, que é, naturalmente, o consumo de papel.

Mas o governo tanto nega o apoio à sustentabilidade como recusa a possibilidade das empresas se redimensionarem, sob pena de perderem o pouco que recebem.

Ficamos perante um ciclo viciado que pode acabar mal...

E esta não é apenas uma preocupação do PSD. É também, principalmente, uma preocupação da comunicação social açoriana.

Recomendamos por isso ao governo a leitura atenta da crónica parlamentar da jornalista Helena Fagundes publicada hoje no Diário Insular, que passo a citar:

“O PROMEDIA III (...) é uma desilusão. (...) O dia de ontem representou um verdadeiro ensaio sobre a

cegueira. Cegueira do Governo Regional e da maioria socialista face aos argumentos de quem está no terreno. Para que serve desenhar um programa que não serve quem devida apoiar? Mas, sobretudo, um ensaio sobre a cegueira que se pode, lentamente, instalar na sociedade açoriana. Porque os jornais e as rádios são os olhos que seguem a vida, as dificuldades e as frustrações das suas ilhas”. Fim de citação.

Os jornais e as rádios dos Açores não têm razões para estarem satisfeitos com este PROMEDIA, com este PS e com este Governo.

O PSD também não.

Resta esperar por um PROMEDIA IV.

Mas com outra maioria e com outro governo.

José Andrade